

Venda da Eletrobras dá R\$ 9 bi extras para 'salvar' São Francisco

Por Daniel Rittner e Camila Maia
| De Brasília e São Paulo



Vista área do rio São Francisco: ações de revitalização da bacia hidrográfica vão ganhar reforço de caixa.

Em uma iniciativa que busca minar a forte resistência de governadores e parlamentares do Nordeste, as ações de revitalização na bacia hidrográfica do rio São Francisco vão ganhar um reforço de R\$ 9 bilhões com a transferência de controle da Eletrobras para o setor privado. Os recursos estão previstos no projeto de lei que autoriza a privatização da companhia. Com dez dias de atraso em relação ao anúncio feito pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, o texto da proposta seguiu ontem para uma análise final da Casa Civil.

Segundo auxiliares diretos do presidente Michel Temer, a recuperação do São Francisco ficará com R\$ 350 milhões anuais do 1º ao 15º ano de contrato das hidrelétricas "descotizadas"; o montante será de R\$ 250 milhões do 16º ao 30º ano. As novas concessões

vão ter 30 anos de vigência.

O dinheiro sairá exclusivamente das usinas operadas atualmente pela Chesf no regime de cotas - preços fixos que remuneram apenas os custos de operação e manutenção dos ativos. O complexo de Paulo Afonso (na Bahia) e Xingó (entre Alagoas e Sergipe) estão entre esses ativos.

Ao trocar o regime de cotas por tarifas de mercado, o governo cobrará um bônus de outorga na assinatura dos novos contratos. A Eletrobras fará um aumento de capital, com participação exclusiva do setor privado, para captar os recursos necessários ao pagamento. Isso implicará perda do controle acionário da União.

Nos últimos dias, foi definida a origem do dinheiro para as ações no São Francisco. A equipe econômica apresentava resistências aos números propostos pela área política. Houve ainda uma tentativa de elevar os valores para R\$ 500 milhões por ano. O dinheiro "carimbado" para revitalização não será pago à vista, mas em parcelas anuais pela Eletrobras.

Como se cria uma nova obrigação de pagamento ao longo de todo o contrato, o ganho adicional da Eletrobras com a "descotização" - e que será convertido em bônus de outorga das usinas - será menor,

reduzindo a arrecadação imediata para o Tesouro. Por isso, havia ressalvas da Fazenda e do Planejamento a esse desenho, que só foram contornadas mediante a interferência do Palácio do Planalto.

Apesar disso, o montante é baixo em comparação com as receitas potenciais da Eletrobras com a venda da energia que será descotizada. Dos 7.877 megawatts (MW) médios que a estatal tem hoje no regime de cotas, 5.480 MW médios são da Chesf, por meio de sete usinas. Se esse montante for recontratado ao preço médio de R\$ 150 por megawatt-hora (MWh), a Eletrobras poderá ter um faturamento bruto anual de R\$ 7,2 bilhões com as hidrelétricas. Para efeito de comparação, a receita anual de geração (RAG) dessas mesmas usinas no ciclo 2016/2017 foi fixada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em R\$ 1,2 bilhão.

Será dessa diferença entre o valor recebido atualmente pela Eletrobras no regime de cotas e a nova tarifa que a Chesf vai tirar os recursos para pagar a contribuição ao São Francisco. O montante total é significativo para o programa de revitalização do rio, mas não chega a representar uma grande fatia do lucro que a Eletrobras privatizada poderá obter.

Para o núcleo político do governo, essa "amarração" tende a





minar boa parte da resistência de governadores do Nordeste à privatização da Eletrobras. Eles chegaram a enviar uma carta conjunta ao Planalto pedindo a preservação da Chesf como estatal.

O governo também espera diminuir as críticas de parlamentares não só da bancada nordestina, mas também de Minas Gerais, que tradicionalmente exercem influência sobre a administração de Furnas. Minas e o Estados do Nordeste são os beneficiários diretos das ações de revitalização.

No ano passado, Temer lançou o Novo Chico, programa de recuperação do rio São Francisco que previa investimentos de R\$ 7 bilhões em dez anos. O programa tem dois pilares básicos: melhorar a qualidade dos recursos hídricos (principalmente reforçando o sistema de coleta e tratamento de esgoto) e aumentar a vazão do rio (recompondo matas ciliares que ajudam na absorção da água das chuvas pelo subsolo).

O reservatório de Sobradinho (BA), por exemplo, está com apenas 2% de sua capacidade de armazenamento e teve a vazão reduzida para um mínimo histórico de 550 metros cúbicos por segundo a fim de economizar água.

O Novo Chico tinha R\$ 1,1 bilhão assegurados em 2017 pelo Orçamento Geral da União (OGU), sobretudo em obras de saneamento básico financiadas pelo Ministério das Cidades, mas faltavam recursos para os nove anos seguintes. Com o dinheiro proveniente da "descotização" de usinas da Chesf, busca-se dar uma fonte de recursos não contingenciáveis e fora do OGU para blindar o programa de cortes.

Fontes da área ambiental, no entanto, ponderam que nem mesmo esse orçamento será suficiente. Nas discussões para a elaboração do programa, os técnicos apontavam a necessidade de R\$ 30 bilhões para a recuperação do São Francisco. Mesmo assim, trata-se de uma

relevante ajuda financeira ao programa e deve acuar os críticos da privatização.

A revitalização do São Francisco terá um comitê executivo formado por quatro ministros (Casa Civil, Minas e Energia, Integração Nacional e Meio Ambiente) e governadores dos Estados que integram a bacia (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal). Esse comitê estabelecerá anualmente as diretrizes estratégicas do Novo Chico, com os projetos contemplados.

No total, as 14 hidrelétricas da Eletrobras no regime de cotas tem 7.877 MW médios de garantia física. Se toda essa energia for recontratada ao preço médio estimado de R\$ 150/MWh, o faturamento anual poderá chegar a R\$ 10,3 bilhões, contra R\$ 2,2 bilhões hoje.

Ainda, a Nova Matriz

CRISTIANO ROMERO

Muitas teses já foram feitas sobre as causas da Grande Recessão, como ficou conhecida a derrocada da economia brasileira entre 2014 e 2017. Poucos analistas duvidam, porém, do fato de que a Nova Matriz Econômica, um conjunto amplo de políticas adotadas pelo governo Dilma Rousseff a partir de agosto de 2011, foi a principal responsável pela ruína. A recessão, segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos da FGV, começou no segundo trimestre de 2014 e terminou em 2016, tendo durado, portanto, quase três anos. Como foi uma tragédia provocada por equívocos de política econômica e não fruto de uma crise externa, seus efeitos devem ser lembrados à exaustão - entre outros, queda acumulada de 8,6% do PIB e de mais de 10% da renda per capita, 14 milhões de desempregados e explosão da dívida pública.

Outros fatores contribuíram para a debacle, mas não foram tão disruptivos para a confiança de empresários e consumidores. A Nova Matriz foi concebida, em meados de 2011, sob a justificativa

de que a crise mundial ocorrida entre 2007 e 2009 estava recrudescendo. A economia mundial, de fato, diminuiu o ritmo de crescimento a partir de 2012 e o boom de commodities, puxado pelo forte crescimento da China e fonte relevante da expansão brasileira entre 2004 e 2010, acabou naquela época. Apesar disso, o "fim do mundo" não adveio, como profetizaram os economistas do governo, que, na verdade, já queriam mudar tudo desde o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

Nunca uma crise foi tão antecipada quanto a que resultou na "Grande Recessão". Dilma Rousseff tinha uma obsessão desde que botou os pés em Brasília para assumir o comando do Ministério das Minas e Energia, em janeiro de 2003: reduzir a taxa básica de juros (Selic), que serve de parâmetro para o custo da dívida pública e funciona como referência para toda a economia. Achava que, com isso, o Brasil crescería de forma acelerada.

Com a Nova Matriz, o PT

finalmente fez o que prometeu

Ignorando todas as razões - apontadas por inúmeros estudos acadêmicos - que levam a taxa de juros de um país chegar a níveis pornográficos, Dilma achava possível diminuir a Selic na marra. Bastava mandar o Banco Central (BC) tomar providência. Nenhum governo fez isso antes, acreditava, nem mesmo Lula, que lhe deu a Presidência da República de presente, porque todos tinham parte com o diabo, isto é, com os rentistas, os que vivem dos juros altos pagos pelos títulos públicos.

Começou, assim, no fim de agosto de 2011, a sequência de mudanças da política que, desde meados de 1999, vinha reduzindo a inflação, diminuindo a volatilidade do produto, fortalecendo as finanças públicas e acelerando a taxa de expansão da economia brasileira - e que levou Dilma à Presidência! Naquele mês, contrariando todos os sinais emitidos por seus documentos, além das expectativas do mercado quanto à inflação futura, o BC cortou os juros, em vez de aumentá-los.





A Nova Matriz cortou a taxa de juros de 12,50% para 7,25% ao ano no espaço de um ano; o câmbio se desvalorizou, mas não sem um empurrão do governo, que aplicou IOF numa série de operações de entrada de capitais; o regime de metas para inflação foi flexibilizado, uma vez que o teto do regime (6,5%) passou a ser a meta, que deveria ser 4,5%, conforme decreto presidencial; a disciplina fiscal foi simplesmente abandonada, mas sem que o distinto público fosse informado.

Em 2012, para "cumprir" a meta de superávit primário prevista em lei, os economistas de Dilma usaram a "contabilidade criativa". Uma das artimanhas era promover troca de ativos entre as estatais para gerar dividendos contábeis que reforçassem o resultado fiscal. O ardil foi logo descoberto pela imprensa e, no ano seguinte e também em 2014, a turma fez algo bem pior: as pedaladas fiscais - o uso de bancos federais para pagar despesas do governo.

Uma interessante discussão sobre a Nova Matriz está sendo travada neste momento no Blog do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), um espaço privilegiado do debate econômico, criado pelo presidente do instituto, Luiz Guilherme Schymura. No blog (blogdoibre.fgv.br/), Manoel Pires, pesquisador associado da entidade, diz que o termo Nova Matriz foi utilizado pelos críticos como um

"espantalho", uma visão caricatural que trata como uma coisa só todas as iniciativas adotadas pelo governo ao longo de vários anos e não considera fatores não controláveis, como o cenário externo.

Também no blog, Bráulio Borges e Samuel Pessoa, igualmente pesquisadores associados do Ibre, estão protagonizando um debate animado. O primeiro, embora não negue, como observa Schymura na última Carta da Conjuntura do instituto, que a Nova Matriz tenha sido uma causa não desprezível da Grande Recessão, diz que os críticos exageraram em demasia ao atribuir todos os males àquele experimento. Ele cita o fim do boom de commodities, as restrições de oferta hídrico-energética, os efeitos da Operação Lava-Jato e problemas na aferição do PIB pelo IBGE - que teriam subestimado o crescimento nos anos anteriores, levando o governo a oferecer estímulos para a economia crescer - como fatores que concorreram com a Nova Matriz para derrubar a atividade.

Economista que muito cedo começou a alertar para os riscos das políticas adotadas pelo governo desde 2008, a três anos do fim do segundo mandato de Lula, Samuel Pessoa lembra que a Nova Matriz foi muito além das políticas monetária, fiscal e cambial.

Além da tolerância com a inflação, da redução da transparência da política fiscal, da diminuição

drástica do superávit primário e da colocação da dívida pública em trajetória explosiva, os economistas de Dilma promoveram as seguintes atrocidades: controle de preços para tentar segurar a inflação, uma vez que o BC foi inibido a não elevar os juros; aumento do protecionismo; ampliação do papel do Estado na Petrobras e no setor de petróleo; uso de bancos públicos para induzir a redução do spread bancário; imposição de resistências ideológicas que travaram a participação do setor privado na oferta de serviços públicos e na infraestrutura; política de conteúdo nacional e de estímulos à produção local.

Muito importante lembrar que, paralelamente às mudanças da política econômica, Dilma adotou uma série de medidas populistas que não cabiam no orçamento, tanto que o financiamento do Fies e do BNDES foi feito por meio de emissão de dívida.

O desastre foi resultado, portanto, de um projeto, apesar dos improvisos fundados no desespero causado pela falta de resultados positivos. Com a Nova Matriz, o PT finalmente chegou ao poder em matéria econômica.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E - m a i l :
cristiano.romero@valor.com.br

Rio gasta só metade do limite legal com saúde

Por Rodrigo Carro | Do Rio

A menos de dois meses do fim do ano, o governo fluminense ainda está longe de cumprir o percentual mínimo de investimento para a área de saúde. Até 13 de novembro, a despesa liquidada com ações e serviços públicos de saúde equivalia a 6,65% da receita de impostos líquida e transferências constitucionais legais, pouco mais da metade do patamar mínimo de 12% estabelecido por lei, segundo levantamento do deputado estadual Flavio Serafini (PSOL), a pedido do Valor.

Na área de educação, o percentual de investimentos em relação à receita estava em 21,22% no início da semana passada, abaixo do mínimo constitucional de 25%.

"Cresce dentro dos setores que acompanham a educação a ideia de que o governo está fazendo uma pedalada: liquida mas não paga", diz Serafini, que faz oposição ao governo de Luiz Fernando Pezão (PMDB). A situação é similar à do ano passado, quando foram efetivamente pagos 78% das despesas empenhadas em educação e 59% das empenhadas em saúde, de acordo com informações compiladas pela equipe do parlamentar.

Tomando-se em consideração as despesas pagas na área da saúde até

a semana passada, o percentual de investimento cai ainda mais, para 4,36%. Na educação, esse percentual estava em 19,47%. Na prática, a lacuna entre o que foi liquidado (processado) e o realmente pago não interfere no cumprimento dos percentuais mínimos constitucionais - são considerados apenas os gastos liquidados.

Imerso numa crise fiscal sem precedentes, o governo fluminense gastou 10,35% da receita de impostos líquida e transferências constitucionais no ano passado com saúde, segundo dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do sexto bimestre. Faltaram ser investidos R\$ 598,53 milhões.

Procurada para comentar se há possibilidade de o percentual mínimo previsto em lei não ser atendido novamente em 2017, a Secretaria de Saúde do Estado informou que "vem trabalhando para reunir recursos junto à Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento para cumprir o índice."

O Estado do Rio depende no momento de um empréstimo emergencial de R\$ 2,9 bilhões para quitar despesas em aberto da folha de pagamento. O dinheiro a ser emprestado pelo BNP Paribas, banco vencedor da licitação realizada em 1º de novembro, será destinado ao pagamento de pessoal.

Em 2016, o percentual de gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino sobre a receita líquida de impostos foi de 25,13%, e 0,13 ponto percentual acima do mínimo. Segundo a Secretaria de Educação do Estado, o limite mínimo constitucional foi atendido em 2016 sem considerar o pagamento de servidores inativos da Educação, "estratégia adotada por diversos outros Estados".

A Fazenda estadual ressalta que os índices constitucionais dizem respeito ao exercício completo. O fechamento das contas do Estado que determina se esse índice será cumprido ou não ocorre apenas no primeiro trimestre do ano seguinte ao exercício atual, justificou a pasta por meio de sua assessoria. "A Fazenda confirma que o governo do Estado trabalha para que todos os índices constitucionais sejam cumpridos, não levando em consideração hipótese contrária."

Dados oficiais atestam que, de janeiro a agosto deste ano, o governo fluminense investiu 5,6% da receita em saúde. E 20,99% da receita líquida de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. "Desde 2015, o governo vem adotando uma prática de contingenciar despesas fortemente até os últimos dois meses do ano, para depois concentrar os gastos em novembro e dezembro", diz Serafini.

Banco Mundial sugere cortar isenções a mais ricos

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

Em estudo destinado a identificar alternativas para reduzir o gasto público do Brasil, divulgado ontem, o Banco Mundial (Bird) sugere várias medidas que atingirão diretamente a parcela mais rica da população.

O fim da dedução das despesas com saúde no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), a extensão do financiamento estudantil para as universidades públicas, o que acabaria com o ensino universitário gratuito, e a tributação dos rendimentos previdenciários de aposentados e pensionistas de alta renda do serviço público são algumas das propostas encaminhadas pelo Bird ao governo.

O argumento utilizado pelo estudo como justificativa para acabar com o ensino universitário gratuito é que mais de 65% dos estudantes de universidades federais pertencem aos 40% mais ricos da população. Assim, de acordo com

análise dos economistas do Banco Mundial, as despesas com universidades federais equivalem a um subsídio regressivo à parcela mais rica da população brasileira.

O estudo lembra que a maioria dos países cobra pelo ensino fornecido em universidades públicas e oferece empréstimos públicos que podem ser pagos com os salários futuros dos estudantes. O fim do ensino universitário gratuito poderia ser combinado, diz o estudo, ao fornecimento de bolsas de estudo gratuitas a estudantes dos 40% mais pobres da população.

Na defesa do fim da dedução das despesas com saúde do IRPF, o estudo afirma que os gastos tributários no Brasil "são grandes e altamente regressivos". A medida, segundo projeção do Banco Mundial, poderia permitir ganho de receita equivalente a 0,3% do PIB.

Para o Bird, os déficits dos regimes próprios dos servidores e a "iniquidade" do sistema previdenciário poderiam ser

solucionados por meio da remoção de privilégios concedidos aos servidores públicos contratados antes de 2003, que contam com generosas regras de aposentadoria e pensão. Para isso, o estudo propõe a tributação dos rendimentos previdenciários dos atuais servidores aposentados e pensionistas de alta renda.

Embora não tenha sugerido medidas tributárias, o estudo do Banco Mundial esclarece que o aumento de impostos sobre os mais ricos e a diminuição da tributação indireta, que sobrecarregam os mais pobres, "deveriam fazer parte da estratégia de ajuste fiscal".

As críticas mais severas do estudo foram direcionadas às distorções existentes no serviço público brasileiro. Além das generosas aposentadorias e pensões que os servidores recebem, o estudo destaca o fato de os salários do funcionalismo serem muito superiores aos da iniciativa privada.

Segundo o estudo, o nível dos





salários dos servidores federais é, em média, 67% superior aos do setor privado, mesmo após levar em consideração o nível de educação e outras características dos trabalhadores, como idade e experiência. Essa diferença é a mais alta, em uma comparação feita pelo Bird com 53 países.

O estudo diz que a redução pela metade do prêmio salarial dos servidores em relação ao setor privado geraria uma economia equivalente a 0,9% do PIB. No curto prazo, o banco sugere a suspensão de reajustes nas remunerações do funcionalismo.

O estudo, que foi pedido pelo ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy, em 2015, sugere a eliminação ou reformulação dos programas de subsídios e incentivos concedidos às

empresas, o que daria uma economia de 2% do PIB ao longo da próxima década. O Bird afirma que não há evidências de que os programas tenham sido eficazes e eficientes no objetivo de impulsionar a produtividade e geração de empregos.

O estudo diz que "seria benéfico reformar o Simples para torná-lo menos custoso e mais eficaz no que diz respeito ao estímulo à formalização, ao rápido crescimento das empresas mais produtivas e ao aumento da geração de empregos". O Bird afirma que o programa Inovar-Auto "não parece ser eficaz e viola princípios da Organização Mundial do Comércio (OMC)". Por isso, propõe que seja extinto. Sugere também reformular a Zona Franca de Manaus.

Tesouradas

Bird aponta opções para equilibrar orçamento da União

Medida	Economia fiscal potencial (em % do PIB)
Aprovação da reforma previdenciária tal como proposta ao Congresso em maio deste ano	1,8
Reduções na massa salarial do funcionalismo público	0,9
Melhoras de eficiência em compras públicas	0,2
Racionalização dos programas sociais e de apoio ao mercado de trabalho	1,3
Redução nos créditos subsidiados e despesas tributárias de apoio a empresas	2,0
Fim da dedução das despesas com saúde no Imposto de Renda Pessoa Física	0,3
Reformas no financiamento do ensino superior	0,5
Total	7% até 2026

Fonte: Banco Mundial, no estudo "Um Ajuste Justo - propostas para aumentar eficiência e equidade do gasto público no Brasil"

Estudo do Bird propõe unificação de todos os programas de assistência social

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

O Banco Mundial (Bird) concluiu, em estudo realizado a pedido do governo brasileiro, que é necessário reformular os programas de despesas obrigatórias para cumprir o teto de gastos. A constatação do Bird é que, na trajetória atual e diante das pressões demográficas, as despesas obrigatórias devem exceder rapidamente os níveis estabelecidos pelo teto. O estudo elenca uma série de medidas que, se adotadas, levariam a uma economia de até 7% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2026.

O estudo recomenda a reformulação e a integração de todos os benefícios não contributivos de transferência de renda - incluindo pensões e aposentadorias rurais e as destinadas aos idosos e deficientes, o Bolsa Família e o salário-família - em um único programa. Com essa mudança, todos os indivíduos em situação de pobreza estariam aptos a receber não mais de uma transferência condicionada à renda. A reformulação de todos os programas sociais geraria uma economia de até 1,3% do PIB ao longo da próxima década, segundo estimativa do banco.

Uma medida de curto prazo, compatível com o objetivo de reforma mais ampla, segundo o estudo, seria a transformação do

salário-família em um benefício condicionado à renda em nível de domicílio, a fim de incentivar os beneficiários do Bolsa Família a migrarem para empregos formais.

O abono salarial, por sua vez, seria transformado em um verdadeiro subsídio pago ao empregador como um incentivo à contratação de indivíduos desempregados há muito tempo, ou pessoal em busca de um primeiro emprego no mercado de trabalho formal.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) seria integrado ao seguro-desemprego. Assim, os desempregados teriam acesso ao seguro só após o esgotamento de seus saldos de FGTS. A economia prevista com a medida seria de 0,6% do PIB, aproximadamente.

O estudo do Banco Mundial critica a falta de coordenação dos programas de proteção social do Brasil, pois muitos deles têm funções semelhantes e são implementados isoladamente, o que resulta em sobreposições, com milhões de famílias aptas a receberem múltiplos benefícios.

Além disso, observa o estudo da instituição, os recursos não estão indo para os mais pobres. O Banco Mundial conclui que resultados semelhantes ou até melhores poderiam ser atingidos com menos gastos.

Entidade alerta para alto custo fiscal da manutenção de nível elevado de reservas

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

Embora considere que o principal fator de pressão fiscal é o crescimento as despesas primárias obrigatórias, o estudo do Banco Mundial (Bird), divulgado ontem, diz que "as contas são infladas por operações quase-fiscais e pelos altos custos da política monetária". Assim, para o Bird, "uma melhor gestão dos custos "abaixo da linha" também poderia contribuir para o ajuste fiscal".

O estudo destaca que o nível de reservas internacionais é bastante elevado, o que acarreta um custo fiscal significativo. "Seria importante estudar cuidadosamente se há escopo para redução das reservas internacionais", diz o Banco Mundial. Os economistas do Bird acham também que "limitar as intervenções cambiais por meio de operações de swap também poderia ajudar a reduzir a conta de juros". O Bird observa que, em média, os swaps cambiais levaram a perdas líquidas de 0,2% do PIB entre 2013 e 2016.

O Banco Mundial destaca que, no contexto da crise financeira global de 2008, o Brasil expandiu drasticamente o crédito a taxas subsidiadas oferecido por bancos públicos. Tais empréstimos "foram financiados por meio da emissão de títulos públicos, e a diferença (negativa) entre o empréstimo

subsidiado (com base na TJLP) e as taxas dos títulos públicos foi registrada como despesa de juros do governo". O Bird diz que o pagamento antecipado pelo BNDES dos empréstimos do Tesouro ajudaria a reduzir a dívida bruta.

O Banco Mundial observa que após o Brasil ter passado por várias crises da dívida, o Tesouro reduziu a dívida pública em divisa estrangeira para 5% da dívida pública total. "Não obstante os riscos cambiais, todavia, ao levarmos em consideração as altas taxas de juros reais brasileiras, é possível que a parcela ideal de dívida externa seja mais alta", diz o estudo. "Isso exigiria um estudo mais aprofundado".

O estudo afirma que o governo brasileiro precisa fazer um ajuste equivalente a 5% do PIB, no médio prazo, para estabilizar a dívida pública, o que só deverá ocorrer em torno de 2028. As projeções do Bird mostram que, com o teto dos gastos, o superávit primário das contas públicas só voltará a ocorrer em 2024.

A implementação do teto exigirá, segundo o estudo, uma redução das despesas da ordem de 0,6% do PIB ao ano. Isto significará cortar 25% das atuais despesas, em proporção do PIB, no prazo de uma década, o que reduzirá o Orçamento federal ao nível do início da década de 2000.

Conclusões do relatório não surpreendem equipe econômica

Por Fabio Graner e Fábio Pupo
| De Brasília

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou ontem que o relatório do Banco Mundial não chega a trazer resultados "suprarentes" em termos de diagnóstico e sugestões para o país. A principal conclusão do documento, segundo a própria instituição, é de que o país gasta mais do que arrecada e aloca seus recursos de maneira pouco eficiente, tema que vem sendo destacado pelas principais autoridades públicas recorrentemente.

"O relatório chega a conclusões que em grande medida não são suprarentes, já que são de grande medida conhecida por todos nós", disse o ministro, que, assim como seu colega de equipe econômica, Henrique Meirelles, aproveitou a deixa do estudo para mais uma vez defender a reforma da Previdência, cuja versão mais enxuta o governo tenta emplacar na Câmara dos Deputados. "Nosso sistema de Previdência transfere renda dos mais pobres para os mais ricos", disse.

Dyogo ainda destacou que o Brasil tem o desafio de sair de ajuste fiscal de curto prazo para efetiva

reforma fiscal. "Temos que buscar justiça na aplicação dos recursos públicos", afirmou. O ministro voltou a pontuar que o Brasil tem um orçamento muito engessado, o que impede o controle mais adequado das despesas conforme a necessidade do país.

Ele defendeu o papel do governo no monitoramento políticas públicas e disse que o país precisa criar no Brasil rotinas permanentes de avaliação de resultados. E defendeu mudanças nas regras para as compras públicas, permitindo maior economia nesse quesito, conforme recomendado pelo Banco Mundial.

Como um mantra repetido em todos os eventos públicos de que participa, o ministro da Fazenda afirmou que é "fundamental" para o país a aprovação da reforma da Previdência. Segundo ele, esse gasto ocupa cada vez mais espaço no Orçamento e contribui com a desigualdade no país. Meirelles disse que o relatório será "parte relevante" para formulação de políticas públicas, mas que o governo vai avaliar o que é "possível" fazer dentre as sugestões, defendendo que a criação de empregos é a "melhor política social".

"O padrão de gastos do setor público é responsável por parte

substancial da desigualdade. Existem estudos técnicos que falam que 30% da desigualdade vem do padrão de gastos. Por exemplo, a Previdência. A Previdência Social brasileira ajuda a concentrar renda", disse.

De acordo com o ministro da Fazenda, aqueles que têm renda menor tendem a se aposentar mais tarde atualmente - ao contrário de quem tem renda maior. "Agora isso deve ser diminuído, colocando uma idade mínima para todos", defendeu Meirelles, dizendo que a idade mínima seria aumentada de forma gradual uma vez adotada.

Segundo Meirelles, o país tem a oportunidade de crescer em ritmo de 3% ou 4% ao ano, ao mesmo tempo em que reduz a pobreza. "Temos uma das maiores desigualdades do mundo, mas isso significa que há espaço para reduzir".

Para Meirelles, as conclusões do relatório divulgado coincidem com os diagnósticos do governo sobre as necessidades do país, como o da reforma da Previdência. "A crise possibilitou tomada de consciência sobre necessidade de mudar o Brasil", disse.

Relatório do Orçamento de 2018 passa em comissão

Por Vandson Lima | De Brasília

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) que reestima a receita orçamentária para o próximo ano. O relator elevou a projeção de receita primária bruta para o próximo ano em R\$ 5,6 bilhões. A receita líquida subiu em R\$ 4,9 bilhões.

Como não é mais possível deslocar essas receitas para outros fins, como investimentos, por conta do teto de gastos vigente, o montante será utilizado para diminuir a previsão do déficit primário da União para o ano que vem, passando de R\$ 159 bilhões para R\$ 154,1 bilhões. Relator-geral do Orçamento, o deputado Cacá Leão (PP-BA) afirmou que acatará a mudança na peça orçamentária prevista por Ataídes.

A perspectiva de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) também foi elevada, dos 2% na versão enviada pelo governo, para 2,5%. O senador, contudo, disse que está bastante otimista com o cenário econômico e que acredita que o crescimento pode ultrapassar os 3%. "Minha expectativa é que pelo menos dois milhões de empregos sejam gerados em 2018. Com isso, haverá também um acréscimo importante na arrecadação", avaliou.

Por consequência, o relator revisou a previsão de massa salarial para 2018, outro indicador que afeta as receitas. O parecer projeta um pequeno crescimento, de 6,18%, contra 6,15% previstos pelo governo. Com o novo percentual, a arrecadação líquida do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) subiria R\$ 1,9 bilhão.

No total, a estimativa das receitas primárias para 2018 sobe de R\$ 1,456 trilhão para R\$ 1,462 trilhão.

Gasto alto e injusto

Qualquer família ou empresa que tivesse de consultores o diagnóstico de que "gasta mais do que pode e gasta mal" estaria a caminho da bancarrota. O Brasil recebeu do Banco Mundial este atestado junto com uma série de números e propostas. Ele pode recusar todas as sugestões. Mas é fundamental admitir que o país está arruinado e que isso piorou nos últimos anos. A realidade precisa ser encarada.

O Banco Mundial já fez estudos como esse, de análise do gasto público, em diversos países e a radiografia é sempre importante para orientar escolhas. Mesmo que seja a de deixar tudo como está e depois pagar o preço, ou procurar um resultado parecido por outros meios. Só não é possível ignorar os dados. Eles mostram que de 2012 para cá a dívida pública saltou de 51% do PIB para 74%, e desde 2015 o governo gasta 8% do PIB a mais do que arrecada. As sugestões feitas, caso aplicadas, gerariam uma economia de 7% do PIB até 2026.

Se todo esse gasto estivesse alavancando o crescimento, alguém poderia dizer que há mérito porque mais tarde o país aumentaria a receita. Mas não. Estamos cavando mais fundo o poço no qual caímos. E para tornar a sociedade brasileira mais injusta.

Na Previdência, os 20% mais ricos ficam com 35% do que é pago; os 40% mais pobres, com 18%. Os subsídios às empresas custaram 4,5% do PIB em 2015 e, segundo o banco, não há evidência de que impulsionaram a produtividade e o emprego. Na verdade, é pior. Esse dinheiro todo foi transferido a empresas e houve queda do emprego e da produtividade. Alguns desses programas nos causaram embaraço internacional, como o Inovar-Auto. E as montadoras estrangeiras já estão de novo bajulando o governo para recriar o mesmo programa, com outro nome, até 2030.

O Brasil gasta mais em Educação que a média dos países da OCDE, em percentual do PIB. O aumento foi rápido na última década. A questão é a eficiência. O desempenho avançou, mas a um ritmo menor do que o necessário. As matrículas de curso superior triplicaram nos últimos 15 anos, e apenas um quarto delas é atendida por universidades públicas.

Dos oito milhões de universitários, dois milhões estão nas faculdades públicas. A despesa com universidades federais saltou 7% em termos reais e as matrículas aumentaram 2%. Cresceu a presença de estudantes pobres no ensino superior, mas a participação ainda é pequena. Em 2002, 4% dos

estudantes eram dos 40% mais pobres, agora são 15%. Em universidades públicas, 20% dos estudantes estão entre os mais pobres. É um avanço. Porém, 65% dos alunos estão entre os 40% mais ricos.

Por isso o Banco Mundial sugeriu cobrar pelo ingresso. E cobrar de maneira diferente, dando subsídios maiores aos mais pobres. "O ensino superior pode estar perpetuando a desigualdade brasileira", diz o estudo. A sugestão é cobrar dos mais ricos, financiar quem não puder pagar, e dar bolsa integral para os mais pobres. O sistema universitário público continuaria, mas receberia parte do seu financiamento dessa forma de tarifa. É um assunto tabu, claro, mas por que não discutir?

A transferência de dinheiro para empresas aumentou 50% entre 2006 a 2015; saiu de 3% do PIB para 4,5%. O aumento aconteceu no governo petista, que se define como de esquerda. O ideário da esquerda, como se sabe, é a redução das desigualdades. Essa política faz o oposto. Pior, a maior parte do dinheiro para as empresas não passa pelo Orçamento. É menos transparente. A parcela mais relevante é dada através de desconto no pagamento de impostos, com programas como o Simples, a Zona





Franca de Manaus, a desoneração da folha, o Inovar-Auto e o Programa de Sustentação do Investimento. O crédito subsidiado para capitalistas, através de bancos públicos, custou 1,2% do PIB em 2015, mais do que todo o gasto com universidades federais. E se era para sustentar o crescimento, fracassou porque o país entrou na pior recessão da nossa história.

Ontem, o que o Banco Mundial divulgou foi, na verdade, o resumo de estudos. As 150 páginas formam apenas o sumário executivo. O Banco soltará avaliações setoriais aprofundando as análises e propostas em cada área. Pode-se ignorar tudo ou encarar a realidade de um país que gasta mais do que pode e ainda desperdiça. Mesmo que não sejam os caminhos sugeridos, alguma solução o Brasil precisa encontrar para esse impasse nas contas do governo.

Relator do Orçamento apresenta fundo eleitoral menor em 2018

Cacá Leão (PP-BA) quer destinar R\$ 1,5 bi para as eleições, R\$ 275 mi a menos do que o aprovado no Congresso

Lorena Rodrigues /
BRASÍLIA

O fundo eleitoral aprovado pelo Congresso pode ficar menor do que o previsto pelos parlamentares em outubro. O relator da proposta de Orçamento para 2018, Cacá Leão (PP-BA), quer destinar R\$ 1,5 bilhão para as eleições, R\$ 275 milhões a menos do que os R\$ 1,75 bilhão previstos no projeto original. O projeto também pode impedir que despesas da União sejam canceladas pelo presidente Michel Temer para aumentar a verba destinada ao custeio de campanhas políticas.

A proposta de Leão, que será apresentada por meio de uma emenda, prevê que o fundo eleitoral receba apenas 30% das emendas de bancadas, o equivalente a R\$ 1,32 bilhão. A lei atual permite que seja destinado no mínimo 30% dessas emendas, o que poderia aumentar o valor final da fonte de financiamento

eleitoral. Ainda comporiam os recursos do fundo tributos que a Receita Federal arrecadará com o fim horário político gratuito fora do período eleitoral – a previsão no Orçamento para 2018 é de R\$ 168 milhões.

Uma segunda emenda, apresentada pelo senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), quer impedir que o chefe do Executivo cancele despesa em outra área para ampliar os recursos do fundo. A proposta deve ser acolhida pelo relator-geral do Orçamento. Ambas ainda vão a votação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e no plenário do Congresso Nacional, que deverá pressionar para aumentar os valores destinados às campanhas. Ontem, a comissão aprovou o relatório de receitas do Projeto de Lei Orçamentária de 2018, apresentado por Oliveira, que cuidou da relatoria de Receitas da CMO.

A principal modificação no texto enviado pelo governo foi o aumento na previsão de crescimento do PIB de 2018 de 2% para 2,5%. As modificações representaram um acréscimo de R\$

5,6 bilhões na projeção de receitas. Com as despesas previstas na peça orçamentária já próximas do teto de gastos, a arrecadação adicional, em princípio, será usada para reduzir o déficit esperado para 2018. Para o relator Cacá Leão, os recursos poderão ser destinados a despesas não sujeitas ao teto, como os gastos com a realização de eleições e com o aumento de capital de empresas estatais não dependentes do Tesouro Nacional, como Petrobrás e Caixa Econômica Federal.

O relatório preliminar do deputado deverá ser apresentado hoje à comissão. Oliveira, que chegou a dizer que iria incluir no Orçamento os recursos das contribuições de empresas ao Sistema S, acabou deixando essas as receitas de fora. Segundo o relator, para incluir os recursos na peça orçamentária era necessária previsão anterior na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018. “O Congresso está cometendo uma anomalia fiscal nos últimos anos ao não incluir os tributos no Orçamento”, afirmou. O Orçamento deve ir a Plenário no Congresso no dia 20 de dezembro.

Banco Mundial propõe agenda liberal para o Brasil e sugere cortes de 8% do PIB

Instituição divulgou os resultados do estudo em que traça uma série de medidas para que o País se enquadre no teto de despesas e melhore suas contas; o banco sugere, entre outros pontos, congelar salário de servidores e acabar com as universidades públicas

Lu Aiko Otta
Adriana Fernandes

O Banco Mundial fez um retrato do Brasil: um País que gasta muito e mal e que terá de fazer escolhas duras para ajustar suas contas. A instituição divulgou ontem um estudo encomendado em 2015 – pelo então ministro da Fazenda Joaquim Levy – para propor medidas que reduzissem os gastos do setor público. O resultado foi um receituário liberal, com propostas que vão desde o congelamento do salário dos servidores ao fim do ensino superior gratuito. Intitulado “Um ajuste justo”, o relatório mapeia medidas que permitem enquadrar o gasto brasileiro à regra do teto de despesas – que impede que os gastos cresçam acima da inflação do ano anterior. Entre elas, estão também a revisão da Zona Franca de Manaus e do Simples Nacional, o fim das deduções de despesas

com saúde no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), a revisão dos programas sociais e a redução das amarras do Orçamento federal.

O relatório antecipa, na prática, o debate econômico das eleições de 2018. E, ontem mesmo, logo depois do anúncio oficial, no Ministério da Fazenda, já provocou forte reação nas mídias sociais, principalmente por causa da proposta do fim da gratuidade nas universidades. No ano que vem, independentemente das articulações políticas, o País se verá diante de uma decisão crucial: ou corta os gastos de forma drástica e inédita nas últimas três décadas, ou corre o risco de interromper o crescimento. “Tem escolhas”, disse o diretor do organismo no Brasil, Martin Raiser.

“A macroeconomia tem maneiras de solucionar problemas que os políticos não solucionam.” Para ele, é melhor enfrentar essa discussão agora com transparência. O documento recomenda um conjunto de medidas que poderiam aliviar a pressão sobre o caixa federal no equivalente a 7,07% do PIB até 2026 sem prejudicar os mais

pobres, nem trazer perdas para a produtividade da economia. Algumas, porém, exigem contrariar grupos com forte influência no governo e no Congresso. “Não queremos ser intrusivos”, disse o economista-chefe do Banco Mundial, Antonio Nucifora. “O papel do relatório é estimular o debate.”

As sugestões envolvem também um enxugamento de 1,29% do PIB nos gastos de Estados e municípios, elevando o potencial de economia a 8,36% do PIB. “O grande mérito do relatório é sistematizar o que já se sabe há muito tempo. O Brasil poderia estar fazendo muito mais do que gasta”, avaliou o presidente do Insper, Marcos Lisboa. Para ele, a medida mais importante é a reforma da Previdência. O banco calcula que a reforma economizaria o correspondente a 1,8% do PIB. “Trata-se de um mapa de como gastar menos e aumentar o desempenho das contas públicas”, afirmou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Segundo ele, se houver consenso sobre as propostas, elas serão incorporadas à política pública. / COLABOROU EDUARDO RODRIGUES

Proposta é fundir programas sociais

Banco Mundial afirma que fusão acabaria com o acúmulo de benefícios e que a unificação teria como modelo a gestão do Bolsa Família

Adriana Fernandes
Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

O Banco Mundial recomendou a fusão dos programas sociais para acabar com o acúmulo de benefícios que ocorre hoje no País. Pela proposta, Bolsa Família, salário-família, aposentadorias rurais e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) seriam reunidos em um único programa de assistência social. A unificação teria como modelo de gestão o Bolsa Família, apontado pelo banco como o único programa bem-sucedido. Os técnicos avaliam que uma reforma cuidadosa geraria economia sem aumentar a pobreza. A conclusão do estudo é que o sistema de proteção social brasileiro tem uma série de programas sobrepostos e mal articulados e poderia obter resultados muito melhores gastando menos. O maior problema hoje é que muitos programas têm funções semelhantes, mas são implementados isoladamente.

Isso faz com que milhões de famílias fiquem aptas a receber

múltiplos benefícios, alerta o relatório “Um ajuste justo – propostas para aumentar eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, divulgado ontem. Os técnicos do banco também recomendam a integração do FGTS e do seguro-desemprego. Com isso, quem perdesse o emprego só teria acesso ao seguro do governo após o esgotamento do seu próprio saldo do FGTS. Os saques do fundo seriam limitados a um valor máximo mensal equivalente a 70% do último salário. Para o Banco Mundial, a medida tem potencial para reduzir em 95% as despesas com o seguro-desemprego. Com essa economia, avalia o banco, o governo poderia aumentar o período máximo de pagamento do seguro, atualmente entre três e cinco meses, para até sete meses para os trabalhadores que realmente necessitam do benefício.

A elevação da remuneração do FGTS para taxas de mercado deveria fazer parte dessa reforma, segundo o relatório. Abono. O banco também propõe a eliminação do abono salarial. Em seu lugar seria criado um novo subsídio salarial pago aos empregadores que contratassem indivíduos em seu primeiro emprego ou trabalhadores desempregados há mais de sete

meses. O subsídio seria equivalente a 10% do salário por 12 meses. Pelos cálculos do relatório, essas reformas estimulariam o emprego e gerariam economia de até 1,3% do PIB ao longo da próxima década. “A tendência é cortar os programas (despesas) que não são rígidos.

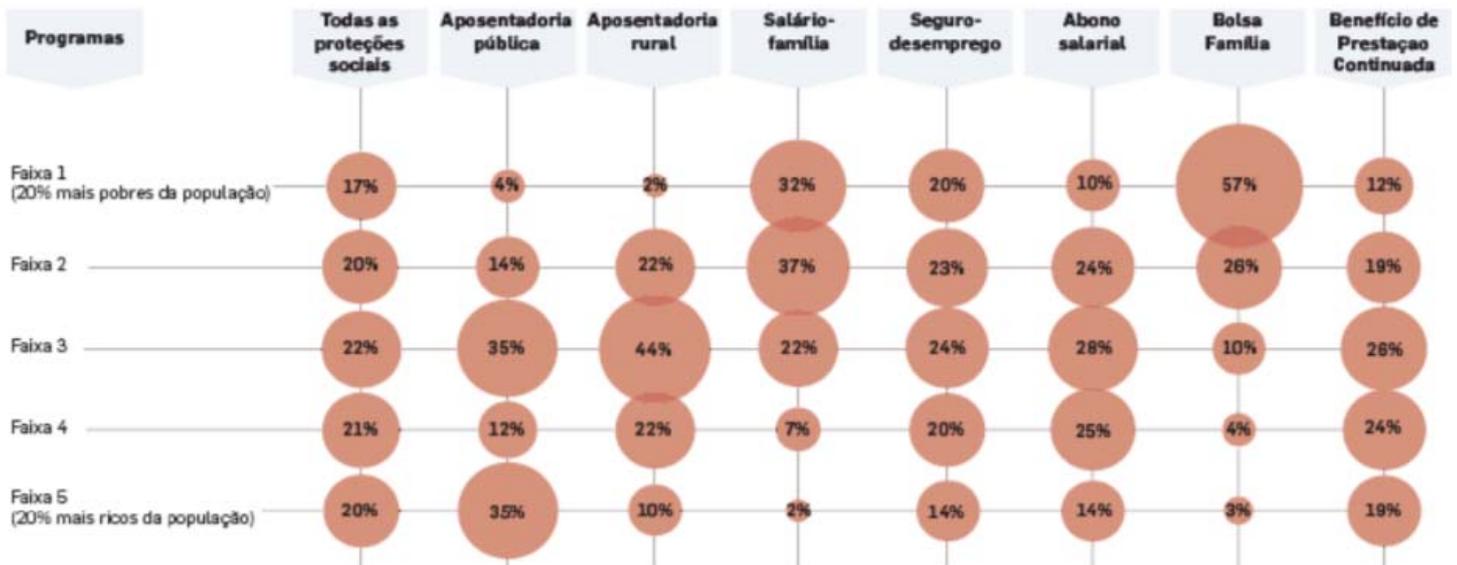
Isso não significa que são os programas que deveriam ser cortados”, disse o economista-chefe do Banco Mundial, Antonio Nucifora, que coordenou a equipe responsável pelo relatório. Ele alertou para elevado nível de engessamento do Orçamento. “É impossível fazer ajuste fiscal sem frear esse motor”, afirmou. Uma medida de curto prazo proposta é a transformação do salário-família em um benefício condicionado à renda domiciliar. A medida, diz o banco, incentivaria os beneficiários do Bolsa Família a migrarem para empregos formais. Chamam a atenção no relatório os dados que mostram que o BPC não beneficia os mais pobres. De acordo com o relatório, 70% dos benefícios são destinados aos 60% mais ricos. Por outro lado, somente 12% vão para os 20% mais pobres da população. Com o abono salarial, o problema é o mesmo: 67% dos benefícios são direcionados aos 60% mais ricos.





PODE SER MAIS JUSTO

• Dinheiro dos programas sociais não é concentrado na faixa mais pobre da população



FONTE: BANCO MUNDIAL

#ORGANIZACIÃO

Estudo é importante para apontar problemas

Para economistas, no entanto, relatório ignora a dificuldade política de tornar o conjunto de propostas realidade

Márcia De Chiara
Douglas Gavras / SÃO PAULO
Adriana Fernandes / BRASÍLIA

O diagnóstico do Banco Mundial para as contas públicas brasileiras reforça, na visão de economistas, um problema que já está escancarado: o País gasta além do que poderia e de forma ineficiente. Embora concordem com o resultado geral do estudo, divergem sobre as medidas apontadas como solução. “O trabalho sistematiza toda a literatura que mostra que o Brasil é um País emergente que gasta muito e gasta mal”, diz Marcos Lisboa, presidente do Inspier. “Para a qualidade do que é oferecido, gastamos em demasia. Deveríamos ter serviços muito melhores”, afirma. O Inspier vai debater o documento

com os representantes do Banco Mundial. O ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luiz Carlos Mendonça de Barros, diz que esse tipo de estudo é importante por apontar onde estão os graves problemas e ser uma fonte de consulta. Mas o economista frisa que isso não pode ser considerado uma agenda para o governo. “Esses órgãos, como o Banco Mundial, têm técnicos muito competentes que fazem uma análise olhando as contas. Só que eles não têm a menor responsabilidade com a possibilidade política de se fazer tudo isso”, afirma. “O grande problema quando se está no governo é ter de lidar com a realidade política e social.”

Ele questiona, por exemplo, o aspecto jurídico de se mexer no salário do servidor público que tem direito adquirido. Para a economista Ana Carla Abrão, sócia da Consultoria Oliver Wyman, o

relatório fala “todas as verdades” que a população e o Congresso precisam ouvir. “Os números estão lá. Vamos continuar fechando os olhos para uma política de avestruz ou vamos enfrentar o problema?”, disse. Segundo ela, o que chamou atenção no relatório é o desperdício de recursos em Educação. “Quando se vê o número de forma tão objetiva é indefensável”, afirma a ex-secretária de Fazenda de Goiás. Já o economista da Universidade de Brasília (UnB) José Luis Oreiro diz que as medidas sugeridas pelo Banco Mundial não são viáveis. “Esse pessoal aproveita a desgraça que foi o governo anterior para atender aos países ricos”, afirma. Para ele, proposições como a cobrança de mensalidade de universidades públicas, mesmo com subsídio para alunos carentes, não é um bom caminho para melhorar as contas das instituições. “Há um problema de receita, mas não é assim que se resolve.”

PONTOS DE VISTA

EVELSON DE FREITAS/ESTADÃO-9/1/2015



“É uma análise feita olhando as contas. O grande problema quando se está no governo é ter de lidar com a realidade política e social.”

Luiz Carlos M. de Barros
EX-PRESIDENTE DO BNDES

CLAYTON DE SOUZA/ESTADÃO-24/3/2015



“O trabalho mostra que o Brasil é um País emergente que gasta muito e gasta mal. (...) Com frequência acaba beneficiando os mais ricos.”

Marcos Lisboa
PRESIDENTE DO INSPER

FABIO MOTTA/ESTADÃO-16/7/2015



“Não é viável nem cogitar essas medidas. Aproveitam a desgraça que foi o governo anterior para atender aos países ricos.”

José Luis Oreiro
ECONOMISTA DA UNB

Servidor ganha 67% mais que o mercado

Banco Mundial recomenda o congelamento dos salários do funcionalismo federal

Adriana Fernandes
Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

O Brasil é recordista em generosidade com servidores públicos federais, aponta o relatório “Um ajuste justo – propostas para aumentar eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, divulgado ontem pelo Banco Mundial. Esse grupo ganha, em média, 67% mais do que trabalhadores de perfil semelhante na iniciativa privada. Trata-se da maior diferença, ou “prêmio salarial”, entre os 53 países pesquisados. O padrão mundial é de 16%. Para aproximar os salários do setor público ao rendimento da iniciativa privada, o Banco Mundial recomenda o congelamento dos salários. Para o banco, se o prêmio dos salários federais fosse reduzido à metade, a economia seria de 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB).

A proposta é polêmica e já provocou reação. “Essa é uma medida impossível, porque significa a destruição completa do serviço público, que já não é

bom”, afirmou o secretário-geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, Oton Neves. Apesar disso, avaliou, o risco de congelamento já existe, em função da regra do teto para o crescimento dos gastos públicos e do adiamento de reajustes proposto pelo governo. Neves explicou que algumas carreiras recebem uma boa remuneração, mas essa não é a realidade da maioria do funcionalismo. “A despesa de pessoal ainda traz grandes distorções, com a remuneração extremamente acima do mercado privado”, reconheceu o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Os servidores estaduais também têm salários mais altos.

A diferença é de 31% em relação aos trabalhadores da iniciativa privada – patamar muito alto comparado a países semelhantes da região e ao nível da renda per capita. O banco fez simulações que apontam que o congelamento dos salários do funcionalismo público reduziria o prêmio salarial de 67% para 36% até 2021; e para 16% até 2024. Desigualdade. “Esse grande prêmio salarial perpetua a desigualdade, porque beneficia as pessoas mais ricas”, diz o

economista- chefe do Banco Mundial no Brasil, Antonio Nucifora.

Como os salários dos servidores são financiados pela tributação, os altos salários acabam constituindo uma forma de redistribuição de renda dos mais pobres e da classe média aos mais ricos, aponta o relatório. O alinhamento dos salários iniciais aos pagos pelo setor privado e a introdução de um sistema mais meritocrático de aumentos salariais reduziriam os custos e aumentariam a produtividade no setor público. De acordo com o relatório, o setor público paga, em média, salários aproximadamente 70% superiores (R\$ 44 mil por ano) aos pagos pelo setor privado formal (R\$ 26 mil por ano), e quase três vezes mais do que recebem os trabalhadores informais (R\$ 16 mil por ano). O Banco Mundial constatou ainda que a massa salarial também é elevada em relação a outros países. Ela subiu de 11,6% do PIB em 2006 para 13,1% do PIB em 2015, superando até Portugal e França, que registravam massas salariais mais altas que o Brasil há uma década.





PROPOSTAS DE AJUSTE

● Sugestões de medidas que reduziriam gastos em 8,36% do PIB

EFICIÊNCIA/EQUIDADE	 POSITIVO	 NEUTRO	 INCERTO	
SETOR / MEDIDAS	EFICIÊNCIA (IMPACTO)	EQUIDADE (SE AJUDA A REDUZIR A DESIGUALDADE)	ECONOMIA POTENCIAL ATÉ 2026 (% PIB)	
Previdência ● Reforma do sistema previdenciário (conforme negociada no Congresso em maio de 2017)			1,8	
Massa salarial dos servidores públicos ● Diminuição pela metade do prêmio salarial dos servidores públicos federais em relação ao setor privado			0,9	
Aquisições públicas ● Otimização dos procedimentos para bens e serviços selecionados			Até 0,2	
Assistência Social ● Programa que integra BPC, aposentadoria rural e salário-família com Bolsa Família			Até 0,7	
Mercado de trabalho ● Reforma do Abono Salarial e do Salário Família			0,01	
● Reforma do FGTS e do Seguro-Desemprego			0,6	
Saúde ● Melhoria da eficiência dos profissionais de saúde			0,09	
● Expansão da cobertura da atenção primária à saúde (de 65% para 100%)			0,03	
● Melhoria da integração entre atenção básica e avançada			0,12	
● Melhoria da eficiência hospitalar			0,05	
● Remoção dos subsídios tributários federais para seguros privados de saúde			0,33	
Educação ● Eliminação da ineficiência no ensino fundamental I em nível municipal			0,5	
● Eliminação da ineficiência no ensino fundamental I em nível estadual			0,3	
● Eliminação da ineficiência no ensino fundamental II e no ensino médio em nível estadual			0,2	
● Acabar com o ensino superior federal			0,5	





Desenvolvimento do setor privado

● Reforma do Simples (idealmente como parte de uma reforma tributária mais ampla)



Até 1,2

● Eliminação da desoneração da folha



0,4

● Reforma do Inovar-Auto



0,03

● Reforma da Zona Franca de Manaus (para uma alternativa menos distorciva e menos custosa)



Até 0,4

TOTAL ←

8,36% do PIB

1,29

Economia nas despesas de Estados e municípios

2,33

Economia nos gastos tributários

4,74

Economia nas despesas federais

FONTE: BANCO MUNDIAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Bird sugere fim da universidade pública

Para cortar gastos sem prejudicar os mais pobres, o governo deveria acabar com a gratuidade do ensino superior. Essa é uma das sugestões apresentadas no relatório “Um ajuste justo – propostas para aumentar eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, elaborado pelo Banco Mundial. A ideia é que o governo subsidiar os estudantes que estão entre os 40% mais pobres. Mas os de renda média e alta poderiam pagar pelo curso depois de formados. Durante a faculdade, eles acessariam algum tipo de crédito, como o Fies. Essa proposta se baseia no fato de 65% dos estudantes das instituições de ensino superior federais brasileiras estarem na faixa dos 40% mais ricos da população. Como, após formadas, essas pessoas tendem a alcançar um aumento de renda, a suspeita dos técnicos é que a gratuidade “pode estar perpetuando a desigualdade no País”. O Brasil tem cerca de 2 milhões de estudantes em universidades e institutos federais, ao passo que nas universidades privadas são 8 milhões de estudantes. Porém, o custo médio de um aluno numa faculdade privada é de R\$ 14 mil por ano.

Nas federais, esse custo salta para R\$ 41 mil. Nos institutos federais, o valor é de R\$ 74 mil ao ano. Esse gasto, diz o relatório, é “muito superior” ao de países como a Espanha e a Itália, por exemplo. No entanto, o valor agregado em termos de conhecimento dos estudantes não é muito diferente do das faculdades privadas. Esse critério considera o que o aluno aprendeu em comparação ao que se esperava que ele tivesse aprendido. “Se considerarmos que o acesso às universidades públicas é, principalmente, dos filhos das famílias de renda mais alta e que o custo por aluno é elevado e financiado por uma tributação regressiva, temos aí um sério problema”, disse o analista da consultoria Tendências, Fabio Klein. “É preciso ter atenção à questão da equidade, até para legitimar as mudanças.” Para o professor da UFABC, Wilson Mesquita de Almeida, a proposta não mexe com o problema, que é a má qualidade do ensino público regular. Despreparados, os “mais pobres” só conseguem entrar em universidades ruins. Saem de lá e vão dar aula em escola pública, o que perpetua a má qualidade do ensino público. “A universidade é um espelho da nossa sociedade.”

Perdas com Lei Kandir custarão bilhões à União

Comissão da Câmara aprovou cronograma de pagamento aos Estados que chegará a R\$ 39 bi por ano de forma perene a partir de 2019

Fabrizio de Castro

Em meio às dificuldades do governo para o fechamento das contas públicas, foi aprovada ontem, em comissão especial da Câmara, proposta que prevê o pagamento pela União de valores bilionários aos Estados a partir de 2019, como compensação às perdas com a Lei Kandir. A proposta, que ainda precisará passar pelo plenário da Casa e do Senado, indica um valor global de R\$ 39 bilhões a cada ano, de forma perene. Os pagamentos representariam o ressarcimento aos Estados pelas perdas com a desoneração de ICMS nas exportações de produtos primários e semielaborados. A medida foi estabelecida pela Lei Kandir, em 1996, para estimular as exportações. No entanto, as regras de compensação dos entes

federativos, como previa a legislação na época, nunca foram estabelecidas. O montante foi calculado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O cronograma elaborado pela comissão prevê que os pagamentos cheguem a R\$ 19,5 bilhões em 2019 (50% do total); R\$ 29,25 bilhões em 2020 (75%) e, por fim, aos R\$ 39 bilhões a partir de 2021 (100%). Ficariam nesse patamar a partir daí, com o valor de referência reajustado pela inflação a cada ano. A ideia é que os montantes em atraso sejam pagos pela União em 30 anos, mas o pagamento anual perdurará, segundo o texto aprovado pelos parlamentares. Do total distribuído aos Estados, 25% vão para os municípios.

Regra. Não bastassem os pagamentos programados para ocorrer anualmente, foi estabelecido na proposta que a compensação das perdas passadas dos Estados com a Lei Kandir – cujos valores podem chegar a R\$ 700 bilhões – também ocorrerá a

a partir de 2019. Essa compensação diz respeito às perdas de arrecadação de ICMS ocorridas entre 1996 e 2019, sendo que os valores exatos serão calculados pelo Confaz. A expectativa, no entanto, é de que a tramitação da proposta no plenário da Câmara e no Senado seja complicada. O governo vai tentar barrar a proposta, que cairia como uma bomba no Orçamento. O deputado federal Arnaldo Jordy (PPS-PA), presidente da comissão especial, afirmou que, apesar da resistência do governo, há indicações de que os deputados estão dispostos a aprovar a proposta. “Já temos tido sinalizações diversas, na bancada de Minas Gerais e do Pará, que independentemente de divergências partidárias, essas bancadas estão convencidas da necessidade de corrigir a deformação.” Estados como Pará e Minas Gerais são alguns dos principais interessados, justamente por terem a pauta de exportação bastante ligada a produtos primários.

FUNCIONALISMO »

Software para definir quadro de servidores

UnB desenvolverá metodologia para dimensionar a real necessidade de pessoal em cada órgão do governo. Meta é criar normas para a abertura de concursos, eliminar desperdícios e evitar contratações desnecessárias

» ANTONIO TEMÓTEO

Diante da escassez de recursos para contratar funcionários, o Ministério do Planejamento assinou, ontem, acordo com a Universidade de Brasília (UnB) com o objetivo de desenvolver uma metodologia de dimensionamento do quadro de pessoal. O acordo prevê que a instituição de ensino adaptará o sistema para cada órgão federal. Com isso, será possível calcular a real necessidade de mão de obra das diversas áreas da administração pública e eliminar desperdícios, evitando contratações desnecessárias. Pelo trabalho, o governo pagará US\$ 6,5 milhões à UnB até 2022.

O secretário-executivo do Planejamento, Esteves Colnago, explicou que o método se baseia em uma fórmula matemática desenvolvida em 1950 nos Estados Unidos, que foi usada, inicialmente, para fazer a distribuição de

enfermeiras pelos hospitais do país. Nos últimos 67 anos, o algoritmo foi adaptado para diversas realidades. A UnB oferecerá uma análise qualitativa dos dados e desenvolverá um software específico para cada órgão do governo.

Pelo menos 55 órgãos públicos solicitaram a contratação de 38 mil servidores em 2018, informou Colnago. Esse grupo já possui 190 mil funcionários, e o aumento de 20% na força de trabalho com a criação das vagas sugeridas representaria um acréscimo de R\$ 4,8 bilhões por ano nas despesas de pessoal do governo. O orçamento do próximo ano, entretanto, prevê apenas R\$ 550 milhões para contratação de servidores. “Em média, a demanda é de 3% a 5% do quadro, em decorrência de vacâncias. Os pedidos representam quase quatro vezes a média. Eles só seriam justificáveis se houvesse um crescimento da demanda de trabalho”, disse o secretário.

Atualmente, não há qualquer padrão ou norma que embase as justificativas apresentadas pelos órgãos públicos para solicitar a abertura de concursos e a contratação de funcionários. Para piorar, o Tribunal de Contas da União (TCU) fez 45 recomendações a diversos ministérios para substituir terceirizados ou admitir servidores

para suprir falta de mão de obra. Em 13 delas, o Planejamento é citado individualmente ou em conjunto com outra pasta.

Colnago afirmou que, em muitos casos, as citações ocorrem porque os órgãos públicos não prestam contas de maneira adequada e atribuem o problema à carência de pessoal. Somente o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) precisa apresentar aos órgãos de controle, todos os anos, 35 mil prestações de contas — e 224 mil estão pendentes. O fundo demandou ao Planejamento 561 cargos para 2018. “Diversos pedidos chegam sem justificativa adequada ou sem um estudo para embasar as solicitações”, disse o secretário.

Pelo menos seis órgãos, entre eles o Ministério da Fazenda, negociam, atualmente, a contratação de uma entidade que desenvolva metodologia de dimensionamento de pessoal. O custo desses trabalhos pode chegar a R\$ 8,5 milhões. Agora, eles poderão paralisar as negociações e terão prioridade para aderir ao acordo assinado entre o Planejamento e a UnB. Além deles, órgãos obrigados a contratar servidores por decisão judicial e aqueles que dividirem os custos com o Planejamento serão os primeiros da fila a receber a consultoria.





Multiplificação

O contrato com a UnB, ressaltou o secretário de Gestão de Pessoas do Planejamento, Augusto Chiba, prevê que a instituição de ensino fará a transferência da tecnologia e do método matemático de cálculo da força de trabalho para o governo federal. Ao longo dos cinco anos, o trabalho será aplicado em 23 órgãos, que replicarão o conhecimento em outras áreas.

Segundo Chiba, a Advocacia Geral da União (AGU), a Controladoria Geral da União (CGU), algumas universidades federais, unidades de gestão de pessoas e de compras de alguns ministérios já estão na fila para aderir à metodologia. “Ela vai nos ajudar a adequar em cada órgão o quantitativo ideal de pessoas e apontar indicadores de necessidades de automação, mapeamento de processos e de competências, modernizando a análise da recomposição da força de trabalho”, destacou.



Pente fino

Ministério do Planejamento e UnB assinam acordo para criar metodologia para dimensionar o quadro de funcionários

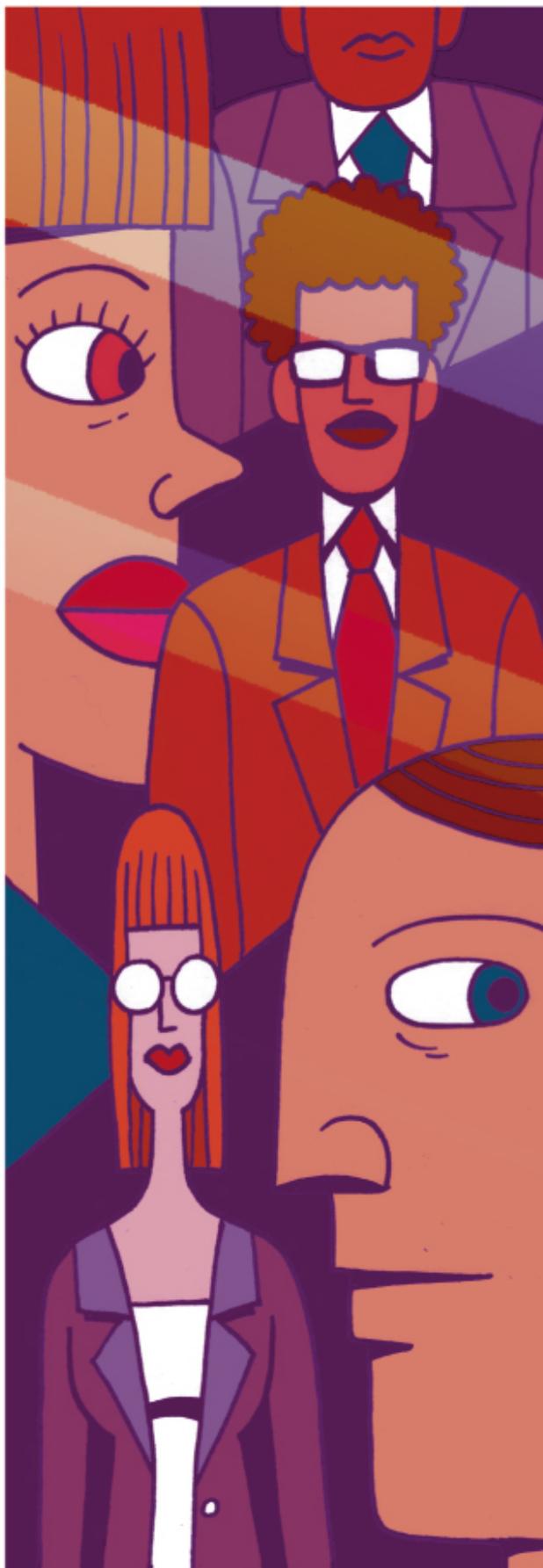
O acordo

- Atualmente, não há metodologia específica para dimensionar o quadro de pessoal necessário para cada órgão público. Os pedidos para contratação de servidores, em muitos casos, são feitos sem as justificativas adequadas.
- A pedido do Ministério do Planejamento, a Universidade de Brasília (UnB) customizará um algoritmo para dimensionar o total de servidores dos órgãos públicos. Além disso, haverá uma análise qualitativa de dados e desenvolvimento de software.
- A fórmula matemática foi criada em 1950 e foi usada inicialmente para fazer a distribuição de enfermeiras para os hospitais dos Estados Unidos. Ao longo de 67 anos, a fórmula foi atualizada para diversas realidades.
- O contrato prevê que a UnB fará a transferência da tecnologia e do método matemático de cálculo da força de trabalho para o governo federal. Cada órgão terá o algoritmo adaptado para as suas necessidades.
- O acordo assinado ontem pelas partes prevê o pagamento de R\$ 6,5 milhões até 2022 pela realização do trabalho. Somente até dezembro de 2017, R\$ 496 mil serão repassados para a instituição de ensino.

Demandas

- Pelo menos 55 órgãos da administração pública federal encaminharam ao Ministério do Planejamento pedidos para a contratação de 38 mil servidores. Esses órgãos já possuem 190 mil funcionários.
- Esse contingente de trabalhadores custaria R\$ 4,8 bilhões por ano. Entretanto, só há, no orçamento de 2018, a previsão de R\$ 550 milhões para a contratação de servidores.
- Pelos menos seis órgãos da administração pública federal, entre eles o Ministério da Fazenda, têm em curso processos licitatórios para contratar instituição que desenvolva metodologia semelhante, ao custo de R\$ 8,5 milhões.
- Esse grupo terá prioridade para receber consultoria da UnB. Além disso, órgãos para os quais haja decisão judicial que obrigue a contratação ou que se dispuserem a dividir os custos com o Planejamento serão os primeiros da fila.
- O Tribunal de Contas da União (TCU) fez 45 recomendações a órgãos da administração pública federal para substituição de terceirizados ou contratação de servidores por falta de mão de obra. Em 13 delas o Planejamento é citado.

Fonte: Ministério do Planejamento



Thiago Fagundes/CB/D. A Press

FUNCIONALISMO »

Banco de talentos

Além de definir uma metodologia para dimensionamento de pessoal, o Ministério do Planejamento trabalha para criar um banco de talentos com empregados de estatais dependentes de recursos da União. A ideia é que, nas empresas públicas em que houver excesso de mão de obra de uma determinada especialidade, alguns profissionais possam ser deslocados para outras pastas e preencher cargos estratégicos. A viabilidade do projeto é analisada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Planejamento.

O secretário-executivo do Planejamento, Esteves Colnago, explicou que algumas pastas, como o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Defesa Civil, têm carência de engenheiros. Por meio do banco de talentos, seria possível remanejar mão de obra qualificada para atender as demandas existentes. Além disso, a partir do

dimensionamento de mão de obra que será realizado por meio de contrato com a Universidade de Brasília (UnB), o ministério pretende mapear 297 carreiras do funcionalismo público. Nos casos em que for possível, haverá flexibilização para permitir o deslocamento dos profissionais para outros postos.

Flexibilidade

O secretário observou que, em algumas carreiras, não há nenhuma flexibilidade para transferências. “Percebemos que em alguns órgãos há sobra de mão e de obra e, em outros, carência de trabalhadores. E, em muitos casos, existem restrições à mobilidade. A partir do mapeamento, queremos quebrar algumas dessas barreiras para tornar o serviço público mais eficiente”, ressaltou. Ainda não há prazo para que o banco de talentos seja concluído, mas o Planejamento espera ter um esboço da proposta até o próximo ano. (AT)

**Planejamento quer
reduzir R\$ 50 milhões
nos serviços
contratados com
Serpro**

Luiz Queiroz

O ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, assinou no último dia 17/11, a Portaria 388/2017, na qual ele cria um "cronograma de internalização dos serviços e responsabilidade pela fiscalização técnica dos serviços de tecnologia da informação e comunicação", contratados com o Serpro. Em valores globais, estima-se um corte de R\$ 50 milhões, ou pouco mais de 20% dos R\$ 258 milhões em contratos assinados com a empresa estatal.

De acordo com a Portaria 388, o corte dos serviços tem data limite para ocorrer: até setembro do ano que vem (2018). E eles se darão em três esferas de serviços: 1 - Contrato de "Serviço de Manutenção de Ambientes"; 2 - Contrato de Serviço de Desenvolvimento de Sistemas; e 3 - Contrato de "Serviço de Consultoria/Central de atendimento.

Aparentemente o maior corte será na área de Desenvolvimento de Sistemas. O ministro Dyogo Oliveira estima que os cortes, que terão de ser feitos até no máximo setembro do ano que vem, serão de 30% nos pontos de função hoje contratados com o Serpro para os seguintes serviços:

- . Ponto de Função ASP
- . Ponto de Função Java
- . Ponto de Função Natural (Batch e On Line)
- . Ponto de Função PHP
- . Ponto de Função Projetos de DataWarehousing
- . Ponto de Função Visual Basic.

Ocorre que a Portaria 388/2017 é dúbia em relação à "internalização" dos serviços que está deixando de pagar para o Serpro. Como não tem uma estrutura de Ti própria para executar





esses serviços (não se tem notícias de que tenha), fica a seguinte indagação: O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão fará imediato concurso público para contratar pessoal especializado nos ambientes citados acima? Se não vai, então pretende terceirizar os serviços descritos nas três áreas previstas para cortes?

Caberia aí uma série de perguntas ao ministro Dyogo Oliveira: Se a intenção é economizar R\$ 50 milhões em serviços contratados com o Serpro, o ministro pretende encontrar no mercado alguém que faça os mesmos serviços a um preço bem mais em conta? Quem garante que isso

ocorrerá? O ministério pesquisou preços no mercado, antes de tomar tal decisão?

Precedente

Outra questão a ser acompanhada futuramente dentro do governo, é se a Portaria 388/2017 não abre um precedente para outros ministérios seguirem o mesmo caminho e reduzirem seus contratos de serviços com as estatais. E não apenas o Serpro. Ora, se o Ministério, a quem cabe a "Gestão" da Administração Pública Federal, está sinalizando que vai cortar serviços com a estatal e notoriamente vai buscá-los no mercado, já que não dispõe de corpo técnico para executá-los,

por que outras pastas não podem fazer o mesmo?

A portaria será um duro golpe nas contas do Serpro. A estatal, que vem acumulando prejuízos, embora esteja reduzindo o passivo, poderá a longo prazo vir a tornar-se inviável economicamente, caso ministérios sigam o mesmo exemplo do Ministério do Planejamento e partam para a busca serviços similares na iniciativa privada. Para o mercado privado de informática essa é uma boa notícia. Para o governo, tal decisão só aprofunda a dor de cabeça de uma discussão interna, sem vazamentos para a imprensa: o que fazer com o atual modelo estatal de TI?